

As desventuras de um preconceito

Capítulo 4: Lepe, a mesma operação sem disfarce

Nota comparativa sobre a instrumentalização “generosa” do preconceito, à luz do aparelho das três fontes

José Rodrigues dos Santos

Quis a lógica da investigação que encontrássemos na literatura científica sobre “humor étnico” e estigmatização de certas populações (Davies, 1990, 2011), a identificação do paralelismo entre os anedotários depreciativos sobre os Alentejanos e os habitantes da cidade de Lepe (Huelva, Andaluzia). Ao estudar o processo de formação, difusão e decadência do preconceito anti-leperos, confirmou-se a similitude entre os dois casos, desde a fase inicial, à tentativa de instrumentalização e seus resultados no curto prazo. Mas revelou-se também a enorme diferença verificada na evolução a mais longo prazo entre as duas sociedades. A bifurcação intervém com a modernização endógena da sociedade rural de Lepe e da sua região que contrasta singularmente com a do Alentejo, e com ela a divergência (pelo menos cronológica) no estatuto do preconceito. Antes de reconstruir a cronologia do caso — o que se fará já de seguida —, importa fixar, ainda que sem lhe traçar a história, o que era viver, nos anos 1980, do lado receptor do anedotário sobre “os leperos”. O género, tal como o das anedotas “de alentejanos” já examinado no capítulo 1, opera sistematicamente sobre um único eixo: a incapacidade cognitiva. “¿Por qué los de Lepe no salen de la comunidad? — Porque hay un cartel que pone Huelva”: a anedota mais branda do género limita-se a insinuar o confinamento geográfico de quem não compreende sequer as fronteiras administrativas da sua própria terra. Outras avançam sem rodeios para o insulto directo: circulava, nos anos de maior difusão, a anedota segundo a qual um quilo de “cérebro de lepero” custaria dez milhões de pesetas — mais do que o de qualquer outra profissão, “cérebro de político” incluído —, porque seria preciso matar um número inverosímil de leperos para reunir sequer essa quantidade. Estas anedotas não se contavam apenas entre estranhos: circulavam na rádio, na televisão, nos livros de bolso que inundaram o mercado editorial espanhol ao longo das décadas de 1980 e 1990, e obrigavam quem delas era alvo a uma escolha desconfortável, bem conhecida de quem estuda o humor depreciativo — rir com os outros do próprio estigma, ou assinalar-se, ao recusar rir, como sujeito sem humor: segunda ofensa que a primeira já preparara.

O que a comparação com o repertório alentejano, já examinado no capítulo 1, torna patente não é apenas temática — é sintáctica: o mesmo pequeno número de mecanismos lógicos gera, nas duas línguas, o mesmo efeito. O confinamento geográfico literalizado como incapacidade de abstracção — no Alentejo, ao turista que pergunta “Já nasceu aqui algum grande homem?” responde-se “Na senhori. Aqui só nascem crianças!”; em Lepe, “¿Por qué los de Lepe no salen de la comunidad? — Porque hay un cartel que pone Huelva.” A pseudo-lógica exibida com orgulho, em vez de escondida como falha — no Alentejo, o “ignoro” tomado por substantivo (“Ena, que grande ignoro!”); em Lepe, o filho que pergunta ao pai o que fica mais longe, Cuenca ou a Lua, e ouve a resposta: “Calate, tonto — lá se vê Cuenca daqui?” A comparação quantitativa degradante, que mede a falta de inteligência em vez de a descrever — no Alentejo, “um prego tem cabeça e um Alentejano não”; em Lepe, o cérebro de lepero vendido a peso, mais caro do que o de qualquer outra profissão, “porque é preciso matar muitos leperos para reunir um quilo”. E o curto-circuito entre símbolo e literal, que converte a incompreensão do abstracto em comédia física — no Alentejo, o alentejano que se ri três vezes da mesma anedota, “quando lhe contam, quando lhe explicam, quando finalmente a entende”; em Lepe, o homem instruído a “chamar o elevador” que se abaixa e grita, repetidamente, para o botão: “Ascensor... ascensor... aqui andar de baixo a chamar o ascensor...”

1. Uma genealogia em duas camadas: o nome (anos 30) e o conteúdo (anos 70)

A pesquisa obriga a separar aquilo que a memória local e a imprensa tendem a fundir numa só origem: o nome e o conteúdo não nascem no mesmo momento. A camada mais antiga e mais bem documentada situa-se nos anos 1930, antes da Guerra Civil: o cómico madrilenho José Álvarez (1890-1967) e o seu parceiro catalão Carlos Saldaña Beut percorriam teatros e circos de toda a Espanha sob o nome de “Lepe y Alady”, abrindo os seus números com a fórmula “¿Conocen el último chiste de Lepe?” (P.C.G., 2014; okdiario.com, 2025). Nesta primeira camada, note-se, não há ainda preconceito algum sobre a povoação: “Lepe” é apenas o nome artístico de um cómico, colado por pura contiguidade fonética a um género de anedota qualquer, sem conteúdo regional específico. É uma genealogia do nome, não do estigma.

Entre essa primeira camada e a seguinte medeia um hiato de três décadas — os anos 1940 a 1960 — para o qual não encontramos, na documentação disponível, qualquer registo de actividade. Convém assinalar esse silêncio como tal, em vez de o preencher por conjectura: é possível que a fórmula tenha simplesmente circulado sem se fixar a um conteúdo, à espera de uma segunda camada que lhe desse corpo.

Essa segunda camada — a que verdadeiramente interessa a este ensaio, por ser a que gera conteúdo depreciativo e não apenas um nome — situa-se nos anos 1970, e é aqui, não antes, que “Lepe” passa a designar um povo, e não um cómico. Uma fonte recente é explícita quanto à datação: “los chistes que por los años setenta se asociaban a Lepe, eran los mismos que se contaban de otros muchos pueblos de España, y en los que se intentaba dejar a la gente del pueblo como personajes brutos, paletos, gañanes y faltos de inteligencia” (Ana HS, 2025). É também nesta década que a família Summers — presente na região desde os anos 1950, quando Francisco Summers foi nomeado governador civil da província, e activa através do cineasta Manuel Summers a partir dos anos 1970, já na era da televisão a cores — associa o seu nome ao humor lepero, contribuindo decisivamente para a projecção nacional do género (P.C.G., 2014).

2. A intensificação: urbanização, distinção de classe, e a entrada do conteúdo denegridor

A datação dos anos 1970 para a segunda camada não é coincidência de calendário — encaixa-se, com maior precisão do que uma datação nos anos 60 permitiria, no mecanismo já identificado no capítulo anterior a propósito da terceira fonte do preconceito alentejano. A Espanha atravessou, entre 1950 e 1973 — o período do chamado “desarrollismo”, na sequência do Plano de Estabilização de 1959 —, o grosso do seu êxodo rural interno: é precisamente quando esse processo está praticamente concluído, e uma nova pequena burguesia urbana de origem rural recente já se encontra instalada nas cidades, que o anedotário lepero ganha o seu conteúdo específico de “atraso”. A lógica da distinção (Bourdieu, 1979) que este ensaio já aplicou ao caso alentejano — o neo-urbano de segunda geração que usa o humor sobre o rural como dispositivo de demarcação em relação a um passado familiar de que ainda não está seguro de se ter libertado — opera aqui com uma nitidez temporal que o caso português, mais difuso na sua cronologia, não permite observar tão claramente: o conteúdo depreciativo surge depois de, não durante, a transformação urbana que o torna socialmente necessário.

3. A instrumentalização sem mediação erudita (1983-1990)

Ao contrário do Évora_27, que recorre a um aparelho conceptual erudito — skhòlè, otium, a «Academia do Vagar», conferencistas oriundos de instituições universitárias — para revestir o preconceito de dignidade filosófica antes de o assumir, a instrumentalização em Lepe nunca precisou desse disfarce. É precoce, directamente autárquica, e nua desde a origem.

Eleito presidente da câmara em 1983, José Ángel Gómez Santana decide inverter a imagem depreciativa do município, e o instrumento que escolhe é, de imediato, mediático: em Novembro de 1984 convoca a população para um debate televisivo, “De aquí para allá”, sobre “la conveniencia de ser conocidos por los chistes”. No “Paseo

Cuadro”, a assembleia divide-se — de um lado, quem via nisso proveito comercial (“esto nos serviría para ofrecer hacía fuera nuestros productos”); do outro, a oposição política, que acusava o autarca de “rebajar y deteriorar la imagen del pueblo” ao aceitar que os leperos fossem publicamente tratados como “brutos” (Ana HS, 2025). Não há, note-se, disfarce filosófico algum nesta primeira instrumentalização: é gestão de imagem municipal em estado puro, e é reconhecida como tal pelos próprios contemporâneos — inclusive pelos que a criticam.

O que se segue confirma o padrão. A fama alastra através da associação com Manuel Summers — feito Filho Adoptivo de Lepe em 1987 — e da primeira “Semana Cultural” do humor, em Maio de 1988, repetida em mais duas edições, em 1989 e 1990, com humoristas de primeiro plano (Mingote, Chumy-Chúmez, Forges) e culminando, sintomaticamente, num jogo de futebol entre humoristas e políticos andaluzes — a fusão entre riso institucionalizado e poder político não podia ser mais literal. É nesta ocasião que se regista a única declaração institucional que se aproxima de um reconhecimento de indignidade: o vereador da cultura, Francisco Cacho, define o propósito do evento como o de “unir cultura y humor y alejar la figura del lepero de la imagen de una persona a la que se le atribuye cierto grado de incultura que no concuerda con la realidad” (P.C.G., 2014). A frase é preciosa porque é datada e nomeada, e porque documenta o que aqui interessa: o reconhecimento público, pela própria instituição, de que o estereótipo comportava uma acusação — a de incultura — que não correspondia à realidade. Mas repare-se no que a autarquia decide fazer com esse reconhecimento: não o mobiliza para recusar ou impugnar o anedotário; mobiliza-o para uma “Semana Cultural” que continua, estruturalmente, a explorá-lo. O sentimento de indignidade é real, está documentado — mas resolve-se em gestão do preconceito, não em resistência a ele.

A Semana do Humor não teve continuidade depois de 1990. Não encontramos, na documentação disponível, qualquer explicação para o seu termo — nem decisão política registada, nem quebra de financiamento documentada, nem sequer uma justificação retrospectiva nas fontes que a recordam. Fica como hiato por explicar, do mesmo género metodológico que o intervalo 1940-1970 na genealogia do anedotário: um silêncio que a documentação não permite preencher, e que é mais honesto registar como tal do que substituir por conjectura.

4. A transformação estrutural de Lepe: economia, demografia e uma sequência de selecções (1980-2011)

É precisamente durante o interregno sem eventos institucionais documentados após 1990 que Lepe atravessa a transformação mais profunda da sua história recente. Entre 1980 e a primeira década dos anos 2000, a costa ocidental de Huelva — Lepe incluída — passa de zona agrícola marginal a principal pólo produtor de morango e frutos vermelhos de Espanha e um dos principais da Europa: a província chegou a concentrar 93% da superfície espanhola dedicada ao fresão na campanha de 1999-2000 (Gordo, 2000).

A causa profunda desta transformação está bem documentada, e não é interna a Lepe: a adesão de Espanha à Comunidade Económica Europeia, em 1986, abriu à agricultura andaluza um mercado de dimensão continental e, sobretudo, o acesso a fundos estruturais europeus — o FEOGA, na sua secção de “Orientação”, reformada em 1988 precisamente para financiar a modernização das estruturas agrárias — que tornaram possível o investimento em rega gota-a-gota, estufas e infra-estrutura de conservação que a conversão ao fresão exigia. Sem esse afluxo de capital comunitário, a transformação seria impensável à escala em que ocorreu.

Os números disponíveis confirmam a escala do processo, ainda que com um grau de segurança desigual conforme o ano. Segundo o Plano Estratégico da Província de Huelva, o número de explorações agrícolas na província terá caído de cerca de 20.900 em 1999 para 11.952 em 2009 — uma redução próxima de metade numa única década —, estabilizando depois em 12.062 em 2020; a dimensão média física acompanhou o movimento inverso, de cerca de 20 ha por exploração em 1999 para 27,6 ha em 2009 e cerca de 32 ha em 2020. Dos três pontos desta série, dois — 2009 e 2020 — confirmam-se de forma independente através do próprio INE (Censo Agrário 2020, cit. em

Europa Press/Teleprensa, 2022); não foi possível verificar o valor de 1999 fora da fonte regional citada, e é apresentado com essa reserva.

A transformação não foi, porém, apenas demográfica por substituição externa (com imigração) — foi também, dentro da própria população histórica lepera, o resultado de uma sequência de selecções sucessivas, mais fina do que uma simples dicotomia entre os que ficaram e os que partiram. Convém, antes de a descrever, corrigir um pressuposto que o próprio anedotário induz: o “camponês pobre” — analfabeto, ignorante, alvo evidente do escárnio — nunca foi, mesmo localmente, o tipo social dominante; era-o apenas no sentido estatístico, o mais numeroso, permanecendo sempre um grupo dominado pela burguesia e pela pequena “aristocracia” proprietária local. É essa relação de dominação preexistente, não uma sociedade camponesa homogênea, que a sequência seguinte reconfigura. Primeiro, a emigração selectiva de 1950-1980 eliminou grande parte do campesinato mais pobre. Em seguida, já com o progresso da escolarização local, uma segunda emigração — de carácter distinto — levou os jovens mais instruídos, sem perspectivas de futuro no território, a procurá-las fora dele. Depois, a integração europeia favoreceu quem dispunha de capacidade de investimento e de capacidade organizativa para navegar os meandros administrativos e políticos, complexos e exigentes, do acesso aos fundos comunitários. Finalmente, a agricultura intensiva seleccionou, entre os que restavam, os que eram capazes de funcionar como empresários integrados em cadeias globais de valor. O resultado não é uma classe inteiramente nova: é antes uma “nova aristocracia local”, proprietária mas não latifundiária, que ocupa hoje a posição dominante — em parte continuidade dos antigos donos da terra, em parte ascensão social de descendentes do próprio mundo camponês que souberam, ou puderam, atravessar as quatro selecções. Note-se que a concentração daqui resultante não é necessariamente concentração parcelar em sentido jurídico-cadastral — não há evidência de fusão maciça de parcelas em latifúndios. É antes concentração das explorações enquanto unidades de decisão económica: o modelo dominante na horticultura intensiva onubense é o cooperativo, que integra capital, tecnologia e acesso a mercado sobre uma base parcelar que pode permanecer relativamente estável. É sintomático, aliás, que a Andaluzia seja, com La Rioja, das únicas comunidades autónomas espanholas onde o número de explorações agrícolas não diminuiu entre os censos agrários de 2009 e 2020 — ao contrário da tendência nacional de concentração parcelar clássica —, precisamente porque o sector em maior crescimento no período foi a horticultura de estufa (CaixaBank Research, 2023). Não deixa de ser revelador, a este propósito, que o próprio quadro regulamentar europeu que rege os censos agrários explicita a lógica que aqui interessa: as explorações abaixo de certo limiar são excluídas da contagem exaustiva porque, nas palavras do regulamento, são “tan pequeñas” que o custo de as contar deixa de se justificar¹ — um critério administrativo que é, ele próprio, sintoma da marginalização progressiva do micro e do minifúndio, não apenas instrumento neutro de a medir.

O caso mais bem documentado desta transição situa-se no próprio Lepe. Em 1974-75, trinta e oito agricultores locais fundaram a Sociedade Cooperativa Andaluza Nuestra Señora de La Bella — “Cobella” —, então dedicada a culturas de sequeiro tradicionais: cereais, amêndoa, melão, melancia, tomate. É só no início dos anos 1980, com a chegada do fresão, que a cooperativa se torna, nas palavras da imprensa sectorial, “protagonista del cambio”, introduzindo “un nuevo modelo de negocio... una nueva actividad empresarial” (Revista Mercados, 2017). Hoje a Cobella está integrada na Onubafruit, cooperativa de segundo grau e um dos maiores exportadores europeus de frutos vermelhos. É a transição de camponês a empresário agrícola documentada com nome, lugar e data — não apenas inferida por analogia sectorial. Mas a transição não é apenas de estatuto económico: é a substituição de uma racionalidade por outra, radicalmente distinta. O camponês de sequeiro procurava segurança, autoconsumo e, sobretudo, a transmissão da terra à geração seguinte — um horizonte de reprodução, não de acumulação. O

¹Reglamento (UE) 2018/1091 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 18 de julio de 2018, relativo a las estadísticas integradas sobre explotaciones agrícolas, considerando: “las explotaciones agrícolas situadas por debajo de esos umbrales [sau <0,1ha depois < 1ha e um pouco mais tarde <2,8ha] son tan pequeñas que basta con realizar encuestas por muestreo cada diez años para hacer una estimación de su estructura y sus efectos sobre la producción, lo que reduce considerablemente los costes y las cargas”.

empresário agrícola que a Cobella ajudou a formar procura lucro, escala, internacionalização, investimento e crescimento — um horizonte de acumulação, não de reprodução. Entre um e outro não há gradação: há mudança de *ethos*. Os que hoje permanecem como leperos “históricos” não são, portanto, uma amostra representativa da antiga população: são o produto da sequência de selecções descrita, e constituem hoje um mundo rural distinto do que o anedotário dos anos 1970 visava.

É esta mesma transformação, e não uma coincidência paralela, que explica a necessidade de mão-de-obra estrangeira registada na primeira secção: nos anos 1950 e 1960, Lepe vivia com um excedente de trabalho rural, o subemprego e o desemprego disfarçado de camponeses pobres sem terra suficiente. É esse excedente que a emigração e a triagem interna dissolveram. Quando os que ficaram expandem as suas explorações — de 20 para 32 hectares em média, segundo a série citada —, já não têm, entre os seus conterrâneos, a reserva de mão-de-obra barata que outrora existia; recorrem, por isso, à contratação (em parte na origem) de trabalhadores magrebinos, subsaarianos e, mais tarde, do Leste europeu. A imigração maciça não é processo à parte da transformação de classe da população lepera — é, ela própria, um sintoma dessa transformação: o sinal de que já não há, em Lepe, quem sirva de mão-de-obra barata a partir de dentro. Acresce que, nos mesmos anos 1980, se somou a este processo um outro tipo de êxodo rural, bem documentado para a Espanha no seu conjunto: o dos jovens mais escolarizados e, sobretudo, das mulheres — fenómeno paralelo ao que a mesma década regista em França e em Portugal, e que a literatura espanhola sobre despovoamento rural confirma como uma emigração selectiva por idade e por sexo, com efeitos de masculinização e envelhecimento das populações rurais emissoras (AGE/CEDDAR, 2017). Este segundo êxodo agrava os problemas de mão-de-obra por uma via distinta da anterior: não só a mão-de-obra não qualificada — para a qual se recorreu, como se viu, aos antigos países do Leste —, mas também a mão-de-obra qualificada e a capacidade de gestão localmente disponíveis. Há, porém, um efeito adicional que a simples equação de oferta e procura de trabalho não capta: ao entrar pela base da escala social, com direitos laborais e civis frequentemente inferiores aos do cidadão comum — a precariedade documental, os contratos sazonais de campanha, a dependência do empregador para a renovação da autorização de trabalho, estão bem documentados para o sector —, a imigração introduz um estrato inferior ao que antes existia, sem simplesmente substituir o antigo campesinato pobre. Relativamente a esse novo estrato, os empresários agrícolas leperos ascendem a uma posição social mais elevada do que a que ocupavam antes da chegada dos imigrantes — um mecanismo que se repete noutros contextos de recurso maciço a mão-de-obra estrangeira: ao entrar pela base da hierarquia, a imigração empurra os autóctones, sobretudo mas não só os que empregam, para cima, acentuando uma ascensão social que a mera análise do rendimento agrícola, por si só, não explicaria. O mundo social que sustentava o anedotário deixou assim de existir tanto nas suas margens mais jovens e mais instruídas como no seu centro económico — e viu-se, além disso, ultrapassado na escala social por um estrato que ele próprio, ao empregá-lo, ajudou a instalar.

Fica, no fim desta secção, uma conclusão que a documentação impõe e que a secção seguinte terá de precisar: o estigma não apenas perde o referente que o justificava — perde-o precisamente no momento em que as tentativas institucionais de o reactivar começam, tarde de mais, a ensaiar-se. Como *common knowledge* enraizado na experiência vivida de uma comunidade, o anedotário lepero está, a esta luz, praticamente morto: a estrutura social a que se referia deixou de existir. O que sobrevive depois de 2011 não é já o mesmo estigma — é o seu signo, desligado do referente, mantido em circulação por quem já não vive em Lepe, ou nunca lá viveu.

5. 2011: o Bien de Interés Cultural como marca, não como reparação

Em Abril de 2011, o candidato de Izquierda Unida à câmara de Lepe, Javier Valderas, anuncia que proporia ao Parlamento Andaluz a classificação do anedotário local como Bem de Interesse Cultural, categoria de património imaterial. As suas próprias palavras não deixam margem para leitura filosófica: “el chiste viene asociado a Lepe y Lepe al chiste, y creemos que es bueno reforzar y darle punto de solemnidad a un sello que es nuestro” (Público,

2011; Diariocrítico.com, 2011). “Sello” — marca, selo comercial — é precisamente o termo que o Évora₂₇ substitui pelo mais chic “branding” enquanto a «Academia do Vagar» o oculta com um vocabulário de “filosofia da existência”. Valderas admite, de passagem, “que algunas veces nos puede molestar” — o único ressaibo, nesta segunda fase, do desconforto de 1984 — antes de concluir que “tener un sello propio reconocido a nivel nacional hará revalorizar aún más la imagen de nuestra ciudad”. A proposta, tanto quanto foi possível apurar, não chegou a votação parlamentar relevante nem produziu classificação formal; ficou como episódio eleitoral, sintoma de uma lógica, não conclusão de um processo.

Significativo, e até aqui não assinalado, é o facto que a mesma proposta de 2011 incluía explicitamente a intenção de “recuperar la Semana del Humor”, actividade que o próprio Valderas descreve como “que se organizaba en Lepe a finales de los años 80” — formulação que só faz sentido, precisamente, porque a Semana se tinha interrompido, e cuja interrupção o candidato pretende agora reverter (Público, 2011).² O detalhe importa para o que se segue: a instrumentalização de 2011 não é apenas *branding* oportunista — é também, ainda que não o diga nesses termos, uma resposta ao facto de que na transmissão espontânea do anedotário já não podia contar-se com a mesma população que outrora a sustentava.

É este episódio real de 2011 — não uma sentença judicial, que nunca existiu — que serve de matéria a uma “inocentada” publicada pelo portal EscapadaRural a 28 de Dezembro de 2021, segundo a qual o Tribunal Supremo teria proibido o anedotário por “mancillar a honra e a dignidade” dos leperos (EscapadaRural, 2021).³ Convinha esclarecê-lo sem ambiguidade, porque essa versão fabricada — pormenorizada, dotada de personagens e de citações fictícias — circula com verosimilhança suficiente para poder ser tomada, numa primeira leitura apressada, por facto histórico: não houve, em caso algum, decisão judicial sobre as anedotas de Lepe.

6. O destino do estigma: imunidade, não esquecimento

Podemos agora tentar responder à pergunta mais difícil deste capítulo — e de a responder de um modo que não contradiga a nossa tese central. Se dissermos, sem mais, que o anedotário perdeu força porque a população-alvo mudou, admitiríamos que o *common knowledge* respondeu a factos — contradizendo directamente a tese, já estabelecida nos capítulos anteriores, da sua indiferença perante eles. A resolução não está em negar a transformação demográfica e económica que a secção anterior documentou, mas em precisar o mecanismo através do qual ela actua: não é o estigma a ser refutado pela evidência; é o terreno cultural que o hospeda e cultiva a transformar-se endogenamente — e um meme, tal como um agente patogénico (Sperber, 1996), não perde uma discussão; perde o hospedeiro.

Convém distinguir, dentro da mesma metáfora epidemiológica, dois mecanismos que a documentação reunida permite separar. O primeiro é uma imunidade adquirida por via natural: a população lepera histórica que permaneceu no território — precisamente a fracção que, como se viu, tinha recursos e organização para se converter ao *fresão* — deixou de ser hospedeiro receptivo ao conteúdo do estigma (a preguiça, o atraso, a estupidez), não porque o tenha refutado argumentativamente, mas porque a sua posição de classe se alterou o suficiente para que esse conteúdo perdesse aderência à experiência vivida de uma população com menor apetência para a auto-desqualificação. Os sócios da Cobella, hoje integrados numa cooperativa de exportação europeia de frutos vermelhos, não precisam de argumento nenhum para não se reconhecerem no “lepero bruto” das anedotas dos

²Público, 2011, cit.

³“La Justicia prohíbe contar chistes de Lepe”. EscapadaRural, 28 de dezembro de 2021 (com actualização na mesma data identificando o texto como inocentada). <https://www.escapadarural.com/blog/prohibido-contar-chistes-de-lepe/>. O próprio portal confirma: “Este artículo es una inocentada (...) Es cierto que hubo una propuesta para declararlos Bien de Interés Cultural en abril de 2011.” Não existe, portanto, nem nunca existiu, decisão judicial sobre o anedotário de Lepe.

anos 70 — a distância entre o estereótipo e a sua vida quotidiana tornou-se, simplesmente, grande de mais para o estigma morder.

O segundo mecanismo é ainda mais simples: a população imigrante, que hoje representa pelo menos 20,7% dos residentes documentados de Lepe⁴ (não contando nessa proporção os não-documentados), nunca foi hospedeiro do “vírus” original — não por imunidade adquirida, mas por ausência de exposição. Um trabalhador agrícola marroquino ou romeno instalado em Lepe desde os anos 2000 não herda a identidade estigmatizada de “lepero”; herda, quando muito, outros estigmas, dirigidos a si por outras vias. Para esta parte crescente da população, a tentativa de reactivação institucional do anedotário equivale à introdução de um signo a que é, por definição, indiferente.

É esta dupla condição imunológica — imunidade adquirida numa fracção da população histórica, ausência de exposição na população nova — que explica, com mais precisão do que a simples “atenuação” registada pelas fontes jornalísticas, o insucesso das tentativas de reactivação institucional depois de 2010. A “reinoculação” de 2011, de 2013, de 2025 não falha por falta de investimento de marketing; falha porque já não encontra, na população real de Lepe, o hospedeiro imunologicamente virgem que uma reactivação bem sucedida precisaria de infectar. O “sello” sobrevive — mas sobrevive fora do corpo social lepero, como artefacto para consumo de quem nunca lá viveu: turistas, media nacionais, o resto de Espanha. É essa audiência externa e mais indiferente, não a população de Lepe, que foi nesses momentos o verdadeiro alvo da “reinoculação”. Mas também ela tinha mudado

Vale a pena notar, para fechar esta secção, que não foi só o mundo rural que mudou: também o mundo urbano que gerou o anedotário — a nova pequena burguesia de origem rural recente que, no capítulo anterior, se identificou como um dos motores da terceira fonte do preconceito — se transformou entretanto, e num sentido que reforça, por via inversa, a mesma conclusão. As áreas rurais espanholas, associadas até aos anos 1980 a “zonas pobres” de que se escapava, tornam-se, para a geração de urbanitas nascida e criada já nas grandes cidades, objecto de um interesse quase oposto: o turismo de segunda residência no interior peninsular, com raízes precisamente no próprio êxodo rural — as casas de família a que os emigrantes regressavam nas férias tornam-se, uma geração depois, o suporte de um “turismo de raízes” e de um “redescobrimento da ruralidade” que a literatura espanhola documenta como fenómeno de escala nacional (Cánoves e Villarino, 2000; Sobrino, 2024) e foi amplamente documentado em França mais ou menos na mesma época. O “lepe, el origen de la felicidad” de 2025 não reactiva por isso o antigo registo do escárnio — é impensável fazê-lo com esse nome —, mas absorve antes este novo registo de nostalgia rural, dirigido a um público urbano que já não quer rir-se do campo: quer, por umas horas ou um fim-de-semana, regressar a ele. É mais uma confirmação de que a inoculação de 2025 já não visa imunizar ninguém contra o antigo vírus — visa vender, a quem nunca o teve, uma dose de um campo que, em Lepe, também deixou de existir.

A sequência institucional é, deste ponto de vista, notavelmente regular — e lê-se agora como uma série de tentativas de inoculação sucessivas, cada uma motivada pelo esmorecimento da anterior. Em 1988-1990, a Semana do Humor; em 2011, a tentativa falhada de a “recuperar”, par a par com a proposta de “Bem de Interesse Cultural”; em 2013, um “certamen” de anedotas — o primeiro concurso “Made in Lepe”, com trinta participantes —, cujo objectivo é descrito, sem rodeios, nestes termos: “arraigar entre los jóvenes la tradición del chiste, para que no se perdiera” (P.C.G., 2014). A frase é a confissão mais clara, em toda a documentação reunida para este capítulo, de que a transmissão espontânea já não funcionava: um município não organiza concursos para “ensinar” aos jovens uma tradição que estivesse a reproduzir-se por si própria — nem precisa de “vacinar” quem já a teria, por contágio

⁴Se somarmos aos 6.185 residentes estrangeiros registados a estimativa da população flutuante — trabalhadores com contratos de campanha e trabalhadores indocumentados nos acampamentos —, o volume total de cidadãos de origem estrangeira presentes em Lepe durante o semestre agrícola sobe da ordem dos 21% para uma faixa estimada entre 30% e 35% da população presente no município nesse período. Trata-se de uma estimativa, não de um valor censitário.

natural. Finalmente, em 2025, a campanha “Lepe, el origen de la felicidad”. Uma fonte do mesmo ano resume com precisão o estado actual do anedotário nacional: “estos chistes ya no tienen la fuerza de hace tres décadas... no han desaparecido” (okdiario.com, 2025). Nem força antiga, nem desaparecimento: persistência enfraquecida, mantida acima do limiar de extinção por reinvestimento institucional periódico — não porque a comunidade viva o preconceito, mas porque a instituição, e sobretudo a audiência externa que a instituição visa, precisam que ele continue a existir como marca.

7. Lepe, Múrcia, e o problema da escala: aldeia ou região?

Fica em aberto uma questão que a própria comparação com o Alentejo obriga a levantar: é a pequena Lepe, ou é a Andaluzia inteira, o verdadeiro termo homólogo do Alentejo? A documentação disponível sugere uma resposta mais complexa do que a escolha entre os dois termos.

Por um lado, existe de facto, em Espanha, um estereótipo regional andaluz de longa duração — preguiça, hedonismo, incultura —, estruturalmente análogo ao preconceito anti-alentejano tal como este trabalho o reconstruiu nos capítulos 2 e 3 (González Troyano, 2019; Martín Casares, 2009).⁵ Nesse plano, é a Andaluzia, não Lepe, que corresponde ao Alentejo.

Por outro lado, o mecanismo específico que este capítulo documenta — a fixação de um anedotário nacional num topónimo único, pequeno, quase arbitrário — não é uma simples concentração do estereótipo andaluz num dos seus municípios; é antes um padrão mais geral, e mais estranho: o de uma vaga de riso nacional que precisa de um alvo fixo, mas que muda de alvo ao longo do tempo, e nem sempre dentro da mesma região. É sintomático que a imprensa espanhola descreva hoje a Região de Múrcia — que não é Andaluzia, é comunidade autónoma própria — como “el nuevo Lepe”, num processo de sucessão explícito e consciente, comentado pelos próprios humoristas (elDiario.es/Murcia, 2025; Público, 2019). E é ainda mais revelador que o mesmo mecanismo se replique à escala local dentro de outras regiões espanholas: em Teruel, a povoação de Cella é conhecida como “o Lepe turolense”, e os próprios turolenses admitem, sem pejo, adaptar os “chistes de Lepe” ao nome de Cella (Vice.com, 2024).⁶ Lepe não se limita, pois, a concentrar o preconceito andaluz — fornece um molde retórico, transferível de região para região e de década para década, independente do conteúdo regional que em cada caso o preenche.

O caso equivalente que se procurava, dentro do Alentejo, encontra-se, afinal, documentado — não em corpora de anedotário publicado, mas numa reportagem jornalística recente sobre a povoação alentejana de Aguiar, freguesia do concelho de Viana do Alentejo, a poucos quilómetros de Évora (Palma, 2025).⁷ Conta-se ali que, num ano de escassez que a memória local já não fixa com precisão, a aldeia se juntou num peditório para dotar a igreja de um relógio novo. O pároco encarregou-se da encomenda e partiu para a cidade prometendo tratar do assunto; dias depois chegou ao largo uma caixa que a expectativa colectiva já tinha enchido de sentido — e que, aberta perante a povoação reunida, continha não rodas dentadas e ponteiros, mas um amontoado de cornos: acusação anónima e colectiva de infidelidade, lançada por quem partira impune com o dinheiro de todos. Instalou-se então, durante

⁵González Troyano, Alberto. *La cara oscura de la imagen de Andalucía. Estereotipos y prejuicios*. Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, 2019. Martín Casares, Aurelia. *Estereotipos y prejuicios sobre la población andaluza: una investigación sobre las representaciones mentales de los estudiantes de segundo ciclo en la Universidad de Granada*. Granada, Universidad de Granada / Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2009. Nenhum dos dois estudos versa especificamente sobre Lepe: documentam o estereótipo andaluz em geral, e são aqui convocados apenas como pano de fundo.

⁶“Murcia, Teruel, Ceuta: cuando toda España se ríe de tu ciudad”. Vice.com (edición española), 31 de julho de 2024. Cita textual sobre Cella: “es como el Lepe turolense. Básicamente adaptamos los chistes de Lepe a Cella, no somos muy originales.”

⁷Palma, Tiago. “Dia 11, Viana do Alentejo. Aqui não pergunte as horas (se não quer ser corno)”. CNN Portugal, série “O País do Meio”, 2 de Outubro de 2025. <https://cnnportugal.iol.pt/autarquicas-2025/autarquicas2025/dia-11-viana-do-alentejo-aqui-nao-pergunte-as-horas-se-nao-quer-ser-corno/20251002/68c3036bd34ee0c2fecff651>. A referência a este caso foi inicialmente comunicada ao autor deste ensaio por conhecimento directo da região; a reportagem citada confirma e documenta a tradição de forma independente, com fontes nomeadas (Angélica Baixinho, Joaquim Teixeira).

décadas, um tabu preciso — em Aguiar não se perguntava as horas a um forasteiro sem risco de o insultar, ou de ser mal interpretado.

A resposta institucional, uma vez mais, não foi a recusa nem o silêncio, mas a apropriação humorística — e chegou, também aqui, por via de uma funcionária autárquica: foi Angélica Baixinho quem, há cerca de dez anos, em reunião sobre a Festa da Primavera, propôs erguer na rotunda de entrada da vila um relógio de pulso gigante, fabricado no estaleiro municipal e pintado por si e por colegas — “prata da casa”, não encomenda externa. A frase que o marido de Angélica lhe atribuiu resume com precisão cirúrgica a operação: “Isto é para os cabrões que vêm de fora não estarem a perguntar as horas.” Não é reparação — é blindagem irónica, construída sobre o mesmo símbolo que gerou o insulto.

O resultado confirma, uma vez mais, que a instrumentalização humorística não dissolve o preconceito — gere-o, e o mal-estar persiste por baixo da gestão. A própria reportagem regista que a iniciativa dividiu a povoação: “Ainda houve duas ou três pessoas mais velhas que acharam que estávamos a gozar”, contou Angélica — divisão que reproduz, em miniatura, o debate de 1984 em Lepe. Mais revelador ainda: durante a campanha autárquica de 2025, alguém distribuiu no Largo 25 de Abril panfletos com um relógio desenhado e a pergunta “Que horas são?” — gesto que a povoação não recebeu com humor, mas com fúria, correndo a recolher os panfletos antes que se espalhassem. Passados cerca de dez anos sobre um monumento erguido precisamente para “retirar o peso” da lenda — nas palavras da própria Angélica, que reconhece tratar-se de “uma história que provavelmente nem é verdade” —, o peso não desapareceu: deslocou-se para debaixo do humor institucional, onde permanece disponível para ferir sempre que alguém, de dentro ou de fora, o invoca sem a devida licença cómica. É, entre todas as que este capítulo reúne, a confirmação mais fina da tese central do ensaio.

8. Uma sociologia análoga na produção do estigma — mas só na produção

Falta situar, num plano mais geral, por que motivo o anedotário sobre “os leperos” atinge, em Espanha, notoriedade nacional comparável à das anedotas sobre “os alentejanos” em Portugal — e por que o faz com um avanço de cerca de uma década, se se toma como referência a fixação do conteúdo denegridor nos anos 1970 (secção 2) e o pico mediático alentejano situado, no capítulo anterior, entre os anos 1980 e 1990. A hipótese aqui aplicada é a que se desenvolveu a propósito da terceira fonte do preconceito alentejano: a difusão nacional de um anedotário regional não é acidente de conteúdo — é o produto convergente de condições sociais e históricas simultâneas: o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa; a urbanização acelerada das populações rurais; o contexto da adesão à Comunidade Económica Europeia — 1986 para Portugal e Espanha, no mesmo “alargamento ibérico”⁸ — e a necessidade que os “neo-urbanos” de segunda geração sentiram de se demarcarem de um passado familiar rural ainda muito próximo: a lógica da distinção, já ilustrada, noutros contextos nacionais, pelos “terrori” na Itália do Norte, pelos irlandeses na Grã-Bretanha, pelos “Auvergnats” em Paris.

Em torno das anedotas de Lepe, ao longo dos anos 1980 e 1990, o mesmo tumulto que se documentou no debate de 1984 não desaparece — desloca-se. De um lado, prossegue a instrumentalização institucional; do outro, entre a população, a indignidade sentida não encontra outra saída pública comparável à do debate inicial, e sedimenta-se antes num mal-estar difuso que a documentação disponível permite apenas indiciar, não medir: presente na oposição política de 1984, presente no reconhecimento do vereador Cacho em 1988. Fica registada esta reserva que nos leva a distinguir, classicamente, o que a documentação estabelece do que apenas se torna verosímil. A homologia descrita nesta secção respeita à fase de produção do estigma — e apenas a ela — aos mecanismos sociais que geram, em duas sociedades distintas, o mesmo tipo de anedotário sobre o mesmo tipo de alvo. A partir

⁸Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia em Junho de 1985, tornando-se ambos membros efectivos a 1 de Janeiro de 1986 — o chamado “alargamento ibérico”.

daqui, as duas trajectórias divergem por completo — e é essa divergência, não a homologia, que fecha o argumento deste capítulo.

9. A bifurcação: Lepe endógeno, Alentejo exógeno

Nas secções 4 a 6 descreveu-se, para Lepe, uma transformação em larga medida endógena: apoiada, é verdade, num recurso fundiário extremamente favorável, susceptível de valorizar o investimento: as terras férteis do estuário do rio Piedras que permite uma irrigação acessível e favorece uma agricultura intensiva de tipo hortícola. Foi nesse quadro de oportunidades que uma fracção da própria população histórica — a que fundou a Cobella em 1974-75, a que soube navegar o acesso aos fundos comunitários depois de 1986 — se converteu, através de sucessivas selecções, em classe empresarial agrícola densa, integrada em cadeias globais de valor, e hoje social e economicamente dominante no território. Foi essa densificação de uma nova burguesia rural, favorecida pela chegada de capital (nomeadamente comunitário), que tornou o anedotário obsoleto: já não há, em número relevante, quem corresponda ao estereótipo, e quem poderia corresponder-lhe perdeu qualquer peso social e político.

No Alentejo, o mesmo período histórico — a mesma adesão à CEE, os mesmos fundos estruturais europeus, a mesma pressão para intensificar a agricultura de sequeiro — produz um resultado quase oposto. Em vez de um Cobella alentejano, encontra-se uma vaga sucessiva de capital exógeno: investidores espanhóis a partir do início dos anos 2000 — Manuel Gómez Cabrera, Brígido Chambrá, “o pai do olival em Alqueva” —, depois fundos financeiros franceses, holandeses, canadianos e britânicos, e mesmo um fundo ligado à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, todos a adquirir ou arrendar grandes herdades para olival e amendoal superintensivos (Agroportal, 2021; Greenpeace Portugal, 2026). “Os proprietários tradicionais alentejanos [...] estão a ceder ao avanço do capital”, resume a mesma reportagem — não por incapacidade pessoal, mas porque a escala de investimento exigida pela intensificação (rega, sistemas de condução em sebe, gestão de cadeias de exportação) ultrapassa em muito a capacidade de qualquer proprietário médio local, ao contrário do que sucedeu, através da cooperativa, em Lepe. Um antigo ministro da Agricultura chegou a saudar publicamente o investimento espanhol como exemplo a seguir pelos próprios alentejanos (RTP, 2007) — reconhecimento involuntário, mas claro, de que a iniciativa não partia de dentro.

O resultado social é o inverso do lepero. Em vez de uma nova aristocracia local proprietária, densa e enraizada, o Alentejo vê a sua sociedade camponesa (a começar pelos trabalhadores em terra, mas atingindo também proprietários) extinguir-se sem sucessão — o que os números do INE confirmam. O saldo fisiológico (nados-vivos menos óbitos), (distinto do saldo total que inclui a migração), do Alentejo é negativo, e agrava-se, desde a década de 1980. Longe de ser um fenómeno recente, induzido apenas pela transformação agrária aqui descrita, é uma tendência de fundo que a transformação, quando muito, terá acentuado (INE/Direção Regional do Alentejo, 2008). A esse saldo fisiológico negativo soma-se um índice de envelhecimento que, em 2021, situava o Alentejo no valor mais alto do país a par do Centro — 219 idosos por cada 100 jovens, segundo os Censos 2021 —, e uma quebra do efectivo populacional entre 2011 e 2021 (~4%) que, a par da Madeira, foi a mais acentuada de todas as regiões NUTS II portuguesas (INE, Censos 2021). Estes três indicadores — saldo natural negativo e agravado desde os anos 80, índice de envelhecimento no topo nacional, quebra populacional entre as mais acentuadas do país — fundamentam com solidez a tese de que a sociedade camponesa alentejana se extingue sem sucessão local. A imigração maciça que a região também regista — tal como Lepe — não viabiliza aqui a presença e o enriquecimento de uma população local densa que ascendeu socialmente através da terra; substitui uma população que os próprios números do INE mostram estar em regressão estrutural desde há mais de quatro décadas. Aqui, as condições estruturais da propriedade e dos solos não permitiram que surgisse, como em Lepe, uma classe agrícola local que dela beneficiasse directamente. O latifúndio de sequeiro que a Reforma Agrária tentou dissolver

em 1974-75 (capítulo 2) não deu lugar a uma sociedade rural densa e capitalizada — dá lugar, meio século depois, a um latifúndio de regadio, apenas com proprietário frequentemente estrangeiro em vez de nacional.

10. Évora_27 “repete” a operação de Lepe — sem Cobella e sem leperos que a recebam

É contra este pano de fundo divergente que se deve ler a decisão do Évora_27 de seleccionar e financiar, através da open call “A Nossa Vez”⁹, o projecto “Rir com Vagar — Recolha de Anedotas Alentejanas”, da ASSESTA — Associação de Escritores do Alentejo, com curadoria de Joaninha Duarte, a decorrer entre Abril de 2026 e Dezembro de 2027. O projecto propõe-se “valorizar o humor como expressão essencial do património cultural imaterial do território”, através da “recolha, registo, publicação e transmissão de anedotas alentejanas” (Correio Alentejo, 2026). É, quase palavra por palavra, a mesma operação que Javier Valderas propôs para Lepe em 2011 — o anedotário como “sello”, como património a reforçar e a solenizar —, mas com uma diferença que a torna mais grave, não menos: em Lepe, a proposta ficou por concretizar; em Évora_27, está efectivamente financiada, com dinheiro público e europeu, pela mesma instituição que, no seu *bidbook*, identifica o preconceito como “obstáculo” a superar através da “ressignificação” do “vagar” (capítulo 1).

Em Lepe, pudemos explicar com razoável segurança por que razão as tentativas de reactivação institucional falhariam: a população que o anedotário visava tinha-se transformado numa classe empresarial densa que já não se revia nele, e a população que a substituiu nunca fora exposta ao estigma. No Alentejo, essa explicação não está disponível — e é isso, precisamente, que torna o caso mais inquietante. Não há, como em Lepe, uma nova burguesia rural alentejana, numerosa e visível, que recuse reconhecer-se no “alentejano preguiçoso” das anedotas: a transformação exógena que a secção anterior documentou não produziu esse tipo social, com capital simbólico suficiente e em número relevante. O que existe é, por um lado, uma região empobrecida, envelhecida, e uma instituição cultural que, sob o mesmo lema que pretende “ressignificar” o preconceito, financia directamente a sua reprodução mais literal desde a escolha da temática até à recolha e publicação das mesmas anedotas que os capítulos anteriores deste ensaio documentaram como veículo de escárnio e de violência simbólica (capítulo 1). E por outro lado, elites alentejanas urbanas intermédias que encaram os projectos de exploração comercial do preconceito e do seu considerável financiamento como oportunidade para aumentarem o seu capital social e político a nível local e regional¹⁰. Não se sabe ainda, porque o projecto está em curso, se terá o destino modesto da Semana do Humor lepera ou se, na ausência de uma população que lhe resista por transformação de classe, poderá antes prosperar sem entraves. O que já se pode dizer, com a documentação disponível, é que o gesto é sintoma exacto do que procurámos demonstrar desde o capítulo 1: a instrumentalização “generosa” do preconceito, mesmo quando parte de instituições que se reivindicam progressistas ou humanistas — e Évora_27 reivindica-se, explicitamente, ambas as coisas —, não o transcende. Reproduz o preconceito e financia-o mediante dinheiro europeu.

11. Confirmação da teoria

A intenção de “reinterpretar” ou “ressignificar” o preconceito — a via seguida pelo Évora_27 desde o seu lançamento — e a intenção de neutralizar os seus valores negativos através da apropriação institucional — a via seguida em Lepe — são, apesar da diferença de vocabulário, a mesma operação. E falham, em ambos os casos, exactamente da mesma maneira: o preconceito permanece intacto. Nem a “filosofia da existência” alentejana nem

⁹Associação Évora 2027. “A Nossa Vez — Open call para seleção de projetos: Nota de resultados”, 15 de abril de 2026: 287 candidaturas, 33 projectos aprovados, 1,3 milhões de euros de dotação global.

https://www.evora2027.com/fileadmin/Evora_27_A_Nossa_Vez_Publicacao_de_Resultados_15.04.2026.pdf. Entre os projectos aprovados conta-se “Rir com Vagar — Recolha de Anedotas Alentejanas”, da ASSESTA — Associação de Escritores do Alentejo, com curadoria de Joaninha Duarte (Correio Alentejo, 21 de abril de 2026).

¹⁰Foi o que analisámos sob o tema do “paradoxo da inautenticidade”, a propósito dos “ratinhos” que interiorizavam a posição inferior que os alentejanos lhes atribuíam (capítulo 3).

o “sello” lepero alteram um único traço do conteúdo depreciativo que pretendiam gerir. E se neste segundo caso se desvitaliza, é apesar das tentativas “patrimoniais” e não por ausência delas.

Merece nota o facto que, em ambos os casos, a intervenção parte de forças políticas que se reivindicam progressistas ou humanistas, o que só pode surpreender, tratando-se de dar crédito a versões humilhantes de discursos e representações que visam os mais frágeis. A Câmara Municipal de Évora foi governada, ao longo de quase cinquenta anos de poder local democrático, por partidos de esquerda e em Lepe foi a Izquierda Unida que, em 2011, propôs a classificação patrimonial do anedotário. Em nenhum dos dois casos a intervenção “bem-intencionada” produziu o efeito que anunciava. Produziu antes o inverso: deu chancela institucional ao preconceito, sem sequer tentar demonstrar-lhe a falsidade. O subtexto turístico, explícito em Lepe desde as palavras de Valderas sobre “revalorizar la imagen de nuestra ciudad”, está igualmente presente, nos documentos do Évora₂₇ e nas entidades regionais de turismo¹¹, parceiras do projecto.

O efeito comum aos dois processos é a instalação, ou o reforço, de um *common knowledge*: “os alentejanos” são lentos de corpo e de mente, ociosos, preguiçosos; “os leperos” são “burros” — a mesma estrutura de escárnio que Christie Davies identificou como o “script da estupidez”, aplicável indiferentemente a populações vizinhas, linguisticamente próximas, e historicamente tidas por atrasadas (Davies, 1990, 2011). Mas a comunicação de massa, que torna esse conhecimento universal e conscientemente partilhado, não basta, por si só, para o fixar definitivamente: é a chancela institucional que o consoma. Em Évora, essa chancela reveste a forma da “cultura séria”, financiada por instituições de peso considerável — o Governo português, a Região, as autarquias, a Fundação Eugénio de Almeida, a União Europeia — e por isso mesmo dotada de uma legitimidade que nenhum livro de anedotas alguma vez possuiu. Em Lepe é todo o aparelho autárquico que se investe na acção “chistes” — anedotas cujo conteúdo semântico é extraordinariamente próximo, quase intercambiável, com o das anedotas “de alentejanos”.

Indiferente, por construção, aos factos — porque o seu efeito não depende deles, mas do reconhecimento recíproco de que todos o partilham —, o *common knowledge* que resulta deste processo torna-se imune à refutação empírica, no que se inclui a nossa tentativa no capítulo “Uma história diferente”. O caso lepero permite precisar em que sentido exacto essa imunidade opera, e o contraste com o Alentejo — que não careceu de transformação, mas sofreu uma transformação de sinal oposto, exógena e não densificadora — mostra o que Lepe, isoladamente, não permitiria observar: o *common knowledge* não é refutado pelos factos — mas o corpo social que o hospeda pode, ele próprio, tornar-se imunologicamente indiferente ao seu conteúdo, por três vias distintas: a transformação de classe de quem nele permanece localmente, a desvitalização das “fontes” urbanas e a simples ausência de exposição de quem chega depois de instalado. Em nenhum dos dois casos há argumento a vencer o preconceito; há apenas hospedeiros que deixam de ser férteis para ele. “Os leperos são burros” sobrevive, mas sobrevive atenuado como signo desancorado do seu antigo referente, apesar da tentativa de mantê-lo em circulação por quem nunca foi, nem precisa de ser, o seu alvo — turistas, media, o resto de Espanha. Nem a rápida reconstrução histórica que propusemos para o Alentejo, nem o reconhecimento institucional da injustiça do estereótipo em Lepe — o próprio vereador Cacho, já em 1988 o assinalava —, nem sequer a transformação profunda da população que o anedotário visava, bastam para o dissolver: dissolvê-lo exigiria não a refutação do signo, mas a extinção de todo e qualquer hospedeiro disposto a mantê-lo em circulação, incluindo o hospedeiro puramente comercial em que se tornou. É esta imunidade de duplo mecanismo — do corpo social ao conteúdo, do signo à necessidade de referente — o verdadeiro objecto deste trabalho: não há instrumentalização generosa possível de um preconceito. Há apenas instrumentalização, mais ou menos disfarçada, mantida viva por reinvestimento institucional periódico muito

¹¹Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo. A actividade turística da Província de Huelva representa cerca de 4% do PIB provincial de forma directa, e aproximadamente 9,8% incluindo efeitos indirectos e induzidos, segundo o Plano Estratégico da Província de Huelva; em Lepe, o peso relativo do turismo é provavelmente inferior, dada a concentração da actividade económica municipal na agricultura intensiva.

depois de o seu referente empírico se ter esvaído — e o preconceito que ela deixa, invariavelmente, mais fixo do que a encontrou. O “Rir com Vagar”, financiado por Évora_27 no preciso momento em que este capítulo se escreve, é a confirmação mais recente, e a mais directa, desta tese: nem a ausência de hospedeiro fértil (Lepe) nem a sua relativa obsolescência mediática (Alentejo) impedem a instituição de reinvestir no signo. Impedem-na apenas, no melhor dos casos, de o fazer com sucesso.

Referências bibliográficas (APA)

- AGE/CEDDAR — Asociación de Geógrafos Españoles / Centro de Estudios sobre la Despoblación y Desarrollo de Áreas Rurales. (2017). La despoblación rural en España: génesis de un problema y políticas innovadoras.
- Agroportal. (2021, 23 de dezembro). Os novos donos do Alentejo.
- Ana HS. (2025, 29 de julho). “Los leperos debatieron en 1984 sobre la conveniencia de ser conocidos por los chistes”. Periódicos Punto Cero. <https://periodicospuntocero.com/2025/07/los-leperos-debatieron-en-1984-sobre-la-conveniencia-de-ser-conocidos-por-los-chistes/>
- ASSESTA — Associação de Escritores do Alentejo, cit. em “Projeto da ASSESTA selecionado para o programa Évora_27 – Capital Europeia da Cultura”. Correio Alentejo. (2026, 21 de abril).
- Associação Évora 2027. (2026, 15 de abril). A Nossa Vez — Open call para seleção de projetos: Nota de resultados.
- Autárquicas/Évora: Hegemonia comunista interrompida durante 12 anos pelo PS. (2025, Setembro). Sapo/Lusa.
- CaixaBank Research. (2023). El sector agrario español tras el Censo Agrario 2020.
- Cánoves, G., & Villarino, M. (2000). Turismo en espacio rural en España: actrices e imaginario colectivo. Documents d’Anàlisi Geogràfica, 37, 51-77.
- Correio Alentejo. (2026, 21 de abril). Projeto da ASSESTA selecionado para o programa Évora_27 – Capital Europeia da Cultura.
- Davies, C. (1990). Ethnic humour around the world: A comparative analysis. Indiana University Press.
- Davies, C. (2011). Jokes and their targets. Indiana University Press.
- Diariocrítico.com. (2011, 12 de abril). “¿Los chistes de Lepe son un Bien de Interés Cultural?”.
- Diputación Provincial de Huelva. Plan Estratégico de la Provincia de Huelva, Diagnóstico territorial.
- El cultivo de la fresa como cultivo social. (2000). Comunicação ao Congresso AECR. <http://old.aecr.org/web/congresosAACR/2000/temas/autores/6.GORDO.htm>
- Es el chiste más usado en toda España, pero pocos saben de su origen: ya se usaba en el siglo XIX. (2025, 26 de agosto). okdiario.com. <https://okdiario.com/curiosidades/chiste-mas-usado-toda-espana-pero-pocos-saben-origen-ya-usaba-siglo-xix-15298358>
- Europa Press/Teleprensa. (2022, 14 de maio). Las hectáreas agrarias en Huelva crecen un 16 por ciento, según el Censo Agrario 2020 del INE.
- Évora. Sete candidaturas cobiçam ‘troféu’ que muda de mãos. (2025, 17 de Setembro). Observador.
- Frutos rojos en la era global: Temporalidad, migración e inestabilidad. ANDULI, Revista Andaluza de Ciencias Sociales.
- González Troyano, A. (2019). La cara oscura de la imagen de Andalucía: Estereotipos y prejuicios. Centro de Estudios Andaluces.
- Gordo, J. A. (2000). El cultivo de la fresa como cultivo social. Comunicação ao Congresso AECR. <http://old.aecr.org/web/congresosAACR/2000/temas/autores/6.GORDO.htm>
- Greenpeace Portugal. (2026, 26 de fevereiro). O olival português transformado em ativo financeiro: Relatório revela como fundos estrangeiros captam milhões em subsídios para industrializar o Alentejo.
- Gualda, E. (2003). Agricultura andaluza y trabajadores extranjeros: Del jornalero andaluz al trabajador extranjero.

- Humor: Murcia, el nuevo Lepe. (2019, 3 de fevereiro). Público.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] / Direção Regional do Alentejo. (2008, 10 de março). Estrutura do saldo migratório na Região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2021, 16 de dezembro). Censos 2021 — Resultados Provisórios.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2025). Estimativas de População Residente: Índices de envelhecimento por NUTS II.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2025). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2025 (dados de 2024): Taxas de risco de pobreza por NUTS II.
- IU pedirá que los chistes de Lepe sean Bien de Interés Cultural. (2011, 11 de abril). Público. <https://www.publico.es/actualidad/iu-pedira-chistes-lepe-sean-bien-interes-cultural.html>
- La inmigración sostiene el crecimiento poblacional en Huelva y transforma sus municipios. (2025, 1 de Junho). Diario de Huelva.
- La Justicia prohíbe contar chistes de Lepe. (2021, 28 de dezembro). EscapadaRural. <https://www.escapadarural.com/blog/prohibido-contar-chistes-de-lepe/>
- La población en la provincia vuelve a crecer en 2024 gracias a los extranjeros. (2025, 2 de Dezembro). andaluciainformacion.es.
- Martín Casares, A. (2009). Estereotipos y prejuicios sobre la población andaluza: Una investigación sobre las representaciones mentales de los estudiantes de segundo ciclo en la Universidad de Granada. Universidad de Granada / Fundación Centro de Estudios Andaluces.
- Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación [MAPA]. (2003). Libro Blanco de la Agricultura y el Desarrollo Rural.
- Murcia, Teruel, Ceuta: cuando toda España se ríe de tu ciudad. (2024, 31 de julho). Vice.com.
- Nos ven como el Lepe del siglo XXI: la Región de Murcia cumple 39 años entre el estigma y el ‘nacionalismo hídrico’. (2025, Março). elDiario.es/Murcia.
- P.C.G. (2014, 15 de outubro). “¿Cómo se originaron los chistes de Lepe?”. Huelva Buenas Noticias. <https://huelvabuenasnoticias.com/2014/10/15/como-se-originaron-los-chistes-de-lepe/>
- Palma, T. (2025, 2 de outubro). “Dia 11, Viana do Alentejo. Aqui não pergunte as horas (se não quer ser corno)”. CNN Portugal, série “O País do Meio”. <https://cnnportugal.iol.pt/autarquicas-2025/autarquicas2025/dia-11-viana-do-alentejo-aqui-nao-pergunte-as-horas-se-nao-quer-ser-corno/20251002/68c3036bd34ee0c2fecff651>
- Reglamento (UE) 2018/1091 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 18 de julio de 2018, relativo a las estadísticas integradas sobre explotaciones agrícolas.
- Revista Mercados. (2017). La fresa cambió la agricultura en Huelva.
- RTP. (2007, 31 de outubro). Ministro diz que investimento espanhol no azeite serviu para mostrar aos alentejanos que olival dá lucro.
- Sobrino, E. (2024). Curiosidades del turismo rural.